



As Lições da Revolução Portuguesa*

Maurice Brinton

Algumas lições se podem tirar da experiência portuguesa que ultrapassam as fronteiras de Portugal. A principal, creio eu, é que nas futuras revoltas os revolucionários tradicionais demonstrarão fazer “parte do problema e não parte da solução”. Os acontecimentos portugueses dão um testemunho irrefutável a esta afirmação. As revoluções passadas enfrentavam dois perigos fundamentais. Podiam ser destruídas por aqueles que viam os seus privilégios ameaçados (Paris, 1871; Alemanha 1918-1919; Espanha, 1936; Hungria, 1956). Ou podiam ser destruídas do interior, por meio da degenerescência burocrática (como aconteceu à Revolução Russa de 1917). Um terceiro risco assoma agora, alarmante, no horizonte. É o risco das sublevações radicais genuínas serem desviadas para vias de capitalismo de Estado. É o perigo de que qualquer nova criação (no domínio das ideias, relações ou instituições) seja imediatamente agarrada, penetrada, colonizada, manipulada – e finalmente deformada – por hordas de “revolucionários profissionais” sedentos de poder, parteiras do capitalismo de Estado e muito mais perigosos porque envoltos na bandeira vermelha.

Esta gente traz consigo atitudes e padrões de atuação profundamente (embora nem sempre conscientemente) moldados pelo conceito de Lênin de que os trabalhadores entregues a si mesmos, “só podem desenvolver uma consciência sindical”. As suas práticas organizacionais correntes e as suas receitas para o futuro são tecnocráticas até a medula. Com todas as questões extrínsecas que eles arrastam no seu trilho histórico e procuram injetar em situações vivas (como algumas moscas injetam as suas larvas na

* Esse texto é uma parte do prefácio (os três primeiros parágrafos foram excluídos, já que era apenas uma introdução ao texto e na sequência já entrava para as lições da revolução portuguesa) que Maurice Brinton, membro do grupo inglês *Solidarity*, fez para o livro de Phil Mailer, *Portugal: The Impossible Revolution*, com edição portuguesa resumida publicada pela Edições Afrontamento, em 1978, com o título *Portugal: A Revolução Impossível?*



carne viva) estes “revolucionários profissionais” (stalinistas, maoístas, trotskistas e leninistas de várias espécies) conseguem, entre si, produzir o próprio conceito de ação política independente. A sua preocupação de chefia destrói a iniciativa. A sua inquietação pela linha justa desencoraja a experiência. A sua preocupação com o passado é ruína do futuro. Criam à sua volta um baldio de cinismo e náusea, de esperanças esmagadas e de desilusão que apoia o dogma mais profundo da sociedade burguesa, isto é, que as pessoas vulgares são incapazes de resolver os seus próprios problemas sozinhas e por si próprias. Otelio Saraiva de Carvalho enganava-se quando apoiava o gracejo anarquista de que o cozido era a única coisa especificamente portuguesa. Havia mais. A sublevação portuguesa de 1974-1975 criou uma palavra nova para o léxico político, um adjetivo que denotava uma aspiração: a palavra apartidário. A tradução literal é “não-partidário”. Mas o termo reflete o desejo de uma genuína autonomia na luta, de uma atividade que não seja manipulada por uma ou outra cúpula.

Outra lição, intimamente ligada à primeira, diz respeito ao papel do MFA, ilusões que iam ser rudemente abaladas em 25 de novembro de 1975. A esquerda não só não fez nada para dissipar estas ilusões, como, de fato, as reforçou constantemente. O exército é um pilar fundamental do estatuto de classes e é um perigoso disparate acreditar que pode de qualquer modo transformar-se em algo mais, por exemplo, um instrumento de modificação social. Acreditar que isto possa acontecer pela conquista da chefia de certos regimentos, ou mediante a criação de comissões de soldados em certos batalhões, é positivamente suicida. Em Portugal, o “conceito putchista e militarista de revolução social”¹ provocaria terríveis consequências para a classe trabalhadora.

¹ REEVE, Charles. *L' Experience Portugaise: La Conception de la Revolution Social*. Paris: Spartacus, 1976, p. 25. Este pequeno texto é, de longe, a melhor coisa que se escreveu sobre esse assunto. Bebi em sua fonte livremente.



Os grupos leninistas estão inteiramente imbuídos de noções jacobinas (isto é, burguesas) no que diz respeito à conquista do poder². Os exércitos de cidadãos da Revolução Francesa podem ter derrubado as velhas estruturas feudais, permitindo à burguesia assumir o poder político e ao modo burguês de produção (que existia antes da revolução e é capaz de um desenvolvimento autônomo) ganhar uma ascendência ilimitada. Mas a revolução socialista é uma coisa muito diferente. A classe trabalhadora não tem já o seu próprio modo de produção a funcionar dentro da sociedade burguesa. A revolução será um processo prolongado de criação social consciente. As suas preocupações não são só conquistar o coração e o espírito das pessoas comuns mas também rejeitar convicções obsoletas como a captura de um palácio de inverno qualquer ou a deposição de um monarca feudal. Nem começa nem acaba com a questão militar. Isto não quer dizer que as classes dirigentes abandonarão pacificamente o que detém. Mas isso é outra questão.

Os grupos leninistas em Portugal, dadas as suas opiniões, não fizeram qualquer propaganda sistemática contra o MFA como tal³. Esqueceram-se de denunciar o conceito totalmente mistificador da “aliança” entre o MFA e “o povo”. Equiparavam o poder político ao poder militar o mais cruamente possível. Elementos da experiência portuguesa alimentaram esta identificação desastrosa. Depois do 25 de abril houve certamente uma sobreposição entre o aparelho militar e político.

Especialmente a redução da atividade autónoma da classe trabalhadora – uma maré vazante para a qual os leninistas tinham notoriamente contribuído – criou uma atmosfera em que as suas atitudes substitucionistas puderam depois florescer. Os

² Estes conceitos tiveram uma certa validade durante a revolução burguesa. Podiam até ser relevantes, num contexto completamente diferente, para situações tais como o Vietnã e a China, em que fracos regimes burocráticos não podiam por si próprios assumir a ascendência (mediante os novos modos de produção que eles corporizavam), mas precisavam da ajuda de um aparelho militar para rebentar as velhas barreiras.

³ O MRPP foi uma exceção, mas as suas atitudes mais recentes para com o golpe de 25 de novembro e para com Eanes nas eleições presidenciais de junho de 1976 o despojaram de toda credibilidade.



“revolucionários” depositaram a sua fé – e até os quadros que puderam – no COPCON. Orgulhavam-se, com uma piscada de olho, dos seus contatos nos escalões superiores deste organismo. Em suas mãos, a luta social ficou reduzida a uma questão de intrigas, de alianças e de manobras táticas, a uma questão de dar apoio crítico a um grupo de oficiais contra o outro, a uma clique militar contra outra. Os grupos da “extrema-esquerda” consideravam o MFA como o “garantidor da Revolução”. Nas palavras de Cohn-Bendit, “eles falavam de poder como quaisquer outros. Nada havia de mais oco que a descrição que dele faziam... Não perguntam o que significa a conquista do poder social? Não, não vão além da questão do poder político-militar centralizado”⁴. O poder social era uma coisa amais difícil de apreender e ainda mais difícil de conquistar. “Havia a realidade das relações de trabalho, com hierarquia, na cabeça das pessoas”.

A derrocada do 25 de novembro deixou um rastro de confusão e desordem. Se quisermos tirar daí uma lição, temos que falar sem rodeios. Aceitar a primazia do Exército (isto é, de uma instituição modelada pelo capitalismo e permeada por valores capitalistas) na situação portuguesa era duplamente nefasto. Fomentava a confiança em outros, o que era muito ruim. Mas mais especificamente fomentava a confiança num organismo que, quando viesse a derrocada, passaria para o outro lado. Acentuar constantemente o papel preponderante do Exército equivalia a injetar ideias profundamente burguesas (submissão aos chefes, a centralização do poder em muito poucas mãos, a abdicação do direito a determinar os objetivos ou participar nas tomadas de decisão) no que era indubitavelmente um movimento para uma transformação social. Os danos foram incalculáveis. Os mais diversos parceiros propagaram esta mistificação. O PCP fez tudo o que pode para apresentar o MFA como um “garantidor da democracia”. Dizia que “nenhum país, nem mesmo os mais antigos países democráticos, permite incitamentos à deserção e à agitação nas forças armadas”. Exerceu pressão sobre os desertores e os refratários “para que fizessem o seu serviço

⁴ COHN-BENDIT, Daniel. *Liberation*. Paris, 12 de Dezembro de 1975.



militar como todos os jovens portugueses”⁵. Entretanto, os grupos esquerdistas^{**}, como os seus “contatos” e “áreas de influência” nos escalões médios do MFA, ocupavam o anterior papel do Exército na repressão das greves.

Algumas pessoas falavam ainda do “particularismo português”, da “especificidade da situação portuguesa”, do fato de Portugal ser “diferente”. Consideram ainda o MFA como tendo sido “o motor da revolução”. Para isso acentuam o papel das Assembleias de Unidade (ADUs) e de organizações de soldados tais como os SUV (Soldados Unidos Vencerão). Esta mitologia tem que ser destruída antes de criar raízes.

As ADUs foram criadas de cima, em 1974, como “estruturas para participação dos soldados”. Iriam basear-se numa nova disciplina “revolucionária”, “aceite e não imposta” e numa “hierarquia de aptidões”⁶. Os seus interesses, no entanto, nunca ultrapassaram os muros dos respectivos quartéis. A sua real implantação variava de região para região. O papel dos oficiais do MFA permaneceu preponderante dentro dessas assembleias. A comunicação entre as ADUs permanecia na mão desses oficiais. Mesmo numa Assembleia geral de um dos regimentos “vermelhos” da área de Lisboa, em dezembro de 1975, foi acentuado que a função da assembleia era “consultiva, uma função de educação e de informação”. A quinta divisão, em que havia uma profunda penetração do PCP, fez tudo o que pôde para promover as ADUs. A sua influência dentro do MFA atingiu o auge por ocasião do V Governo Provisório de Vasco Gonçalves. Mas esta influência (que procurava fazer da Quinta Divisão um centro de educação política para as Forças Armadas na sua generalidade) não estava relacionada

⁵ CUNHAL, Álvaro. Num comício da Juventude Comunista.

^{**} Brinton usa “esquerdista”, nesse texto, para se referir à esquerda oficial mais extremista, ou seja, as tendências bolchevistas. Ou seja, muito distante do que Lênin denominou “esquerdismo”. Na concepção de Brinton, Lênin e os leninistas seriam chamados “esquerdistas” assim como para Lênin, se tivesse vivo, não hesitaria chamar Brinton de “esquerdista”. Obviamente que a tradição mais forte é a leninista, apesar de que nas representações cotidianas a palavra “esquerdista” se refere a todo mundo que se diz de “esquerda”, apesar disso os termos usados por Brinton geram confusão.

⁶ Jornal do MFA, 25 de outubro de 1974.



com qualquer real desvio de poder para a base. Tentativas para aumentar a zona da autoridade das ADUs provocaram uma indignada declaração do Gabinete de Dinamização do Exército (ligada à Quinta Divisão). “As ADUs”, recordava-se, “são órgãos para aconselhar e apoiar o comando... de modo algum devem por em questão a autoridade e a responsabilidade do Comando em matéria de decisões”⁷.

Neste ponto uma crítica de “esquerdas” da política militar do PCP tinha conquistado uma certa audiência. Iniciou-se entre os oficiais próximos ao PRP (e do COPCON) que viam na maneira como o PCP estava a alienar o apoio uma abertura para a sua própria implantação no aparelho militar, e daqui no aparelho de estado. Esta tendência procurava uma base no movimento social fora do exército. Os documentos do COPCON do princípio do Verão de 1975 refletem estas aspirações.

Mas a verdadeira expulsão do PCP do governo algumas semanas mais tarde (e a vitória dos “Nove” sobre os gonçalvistas no aparelho militar) conduziram a um “volte-face” do PCP, que começou a apoiar as propostas “radicais” do COPCON que anteriormente havia denunciado. Finalmente, alguns esquerdistas viram a oportunidade de consumarem o desejo máximo da sua existência: ter uma frente unida com o PCP. Foi com estes antecedentes que começaram a emergir os grupos semiclandestinos SUV, “verdadeiros” grupos de soldados, “empenhados na luta de classes”, criticando profundamente “as estruturas antidemocráticas das ADUs”. Mas os SUV estavam eles próprios a ser manipulados por grupos esquerdistas em busca de novas táticas para se apoderarem do poder de Estado. A sua reivindicação era “reacionários, fora dos quartéis”. Isto só podia ter um significado: “Quartéis sim, mas comandados por oficiais esquerdistas”⁸.

Chegou a hora da verdade. Em 25 de novembro menos de 200 comandos “venceram” vários regimentos “vermelhos” armados até os dentes. Entre os regimentos

⁷ Expresso, 26 de julho de 1975.

⁸ REEVE, C. ob. Cit. P. 11.



que se “rederam” estavam aqueles que mais alto tinham proclamado que “os seus chefes não iam só atrás de si mas à sua frente, que eram revolucionários”. Toda a elaborada e mistificadora construção ruiu: ADUs, Comissões de Soldados, Comitês de Vigilância, SUV. Tudo isto se mostrava o que era: precisamente nada. “Isolados, divididos, sem ligações uns com os outros, sem informações, e acima de tudo sem iniciativa, os soldados estavam num estado de total dependência da hierarquia militar, dos oficiais ‘progressistas’”⁹. Seguiam ordens, fiel e confiantemente: ordens para se armarem, para se desarmarem, ordens para se defenderem dentro dos quartéis, ordens para saírem deles. Entretanto, os oficiais “progressistas” empenhados em manobras políticas, tentados por acordos políticos, tendo em vista possíveis “compromissos” cozinhados no Palácio Presidencial, ou abandonaram os quartéis ou foram presos, “para evitar derramamento de sangue”. Os soldados foram entregues com algemas triplas: políticas, ideológicas e organizacionais. Rasgou-se o véu. A “política militar” de todos os grupos esquerdistas revelou-se tal como era: uma fé patética no que seria a atitude dos “oficiais progressistas” quanto viesse a hora da opção.

Um dos soldados do RAL 1 disse-o muito simplesmente: “em 25 de novembro tivemos de repente a impressão de que não havia comando, de que não havia nada! Progressivamente compreendemos que estávamos inteiramente sós”¹⁰. Após meses de dieta leninista, ficar de repente sem dirigentes de “esquerda” significava morrer de fome.

“Ao longo de um ano de agitação no exército, os grupos de base nunca desempenharam um papel importante. Nunca exerceram o menor controle sobre o funcionamento da máquina militar. Pelo contrário, acabaram por reforçar a falta de

⁹ REEVE, C. ob. Cit. P. 15-16.

¹⁰ Entrevista de um soldado do RAL-1, em: *Portugal, Espoir du Socialisme*.



iniciativa dos soldados, a sua fé no ‘bom exército’, o exército de ‘oficiais progressistas’”¹¹.

Não é difícil ver a semelhança entre as “políticas” militares da esquerda em Portugal e as suas atitudes perante assuntos tais como o Parlamento e os sindicatos. Em cada caso propõem ao movimento revolucionário lutar no terreno – e com as armas – do inimigo de classe. E então parecem surpreendidos quando se veem derrotados – ou quando, se “vitoriosos”, os frutos da sua vitória se mostram bem diferentes do que esperavam.

Um subproduto final dos acontecimentos portugueses – desta vez mais bizarro do que sinistro – foi o aparecimento de um novo híbrido político: o maoísta socialdemocrata. Ao longo da revolução portuguesa o seu ódio aos “social-fascistas” do PCP levou o MRPP a algumas alianças políticas muito estranhas. Apoiaram os ataques bombistas às sedes do PCP no verão de 1975 como prova da “justiça popular contra os revisionistas”. No campo sindical concluíram toda uma série de alianças eleitorais com o PS e o PPD – e até mesmo com o CDS – com vista a diminuir a influência do PCP. Censuraram os oficiais vitoriosos em 25 de novembro por terem sido demasiado indulgentes em relação ao “principal inimigo: o social-fascista”. Na realidade aprovaram o golpe. “A situação é excelente”, declaravam em dezembro de 1975. “O revisionismo está a ser cada vez mais desmascarado”¹². Nas eleições presidenciais de junho de 1976, o MRPP aconselhou mesmo os seus simpatizantes a votar em Eanes, o candidato da lei e da ordem apoiado pelo OS. As críticas notáveis que o MRPP fez ao PRP-BR, cuja formação dos “conselhos de trabalhadores” o MRPP corretamente descreveu como “fornecendo uma base de massas para o COPCON”, em breve seriam esquecidas quando se compreendeu que o próprio MRPP forneceu uma base semelhante ao OS e aos “Nove”. Mas então, com todo o seu esquerdismo verbal e denúncias do

¹¹ REEVE, C. ob. cit. P. 27.

¹² O Tempo e o Modo (jornal teórico do MRPP), dezembro de 1975.



MFA, o próprio MRPP não propõe “uma revolução democrática e popular, feita não só por trabalhadores e camponeses mas por outros setores revolucionários da sociedade, tais como pequenos e médios comerciantes, pequenos e médios agricultores, pequenos e médios industriais, etc.”¹³.

*

Porque o processo revolucionário não se desenvolveu mais em Portugal? Surge uma importante revolução social quando um grande número de pessoas procura uma modificação total das condições da sua existência. Grandes pressões formaram-se certamente dentro do Portugal salazarista. Mas os objetivos dessas oposições à velha sociedade eram díspares. Por várias razões, diferentes grupos desejavam o fim das guerras coloniais, da inutilidade e das frustrações de um longo período de serviço militar obrigatório, da censura e da ubiquidade da odiada PIDE. No entanto, o consenso dificilmente ia mais longe. Para além disso, os caminhos divergiam. O setor avançado da burguesia portuguesa tinha um objetivo – uma sociedade capitalista liberal, na qual acumulariam riquezas de uma maneira “civilizada”. O antifascismo era a fachada ideal para a necessidade urgente de modernização do Estado Burguês. Uma sociedade capitalista liberal proporcionava uma estrutura mais livre para o importante negócio de fazer dinheiro. O “pior” era que a classe operária também tinha objetivos próprios, talvez menos explicitamente formulados, mas em conflito com os acima mencionados. As suas próprias condições de existência a constrangia a lutar. Os objetivos do PCP e dos vários grupos de esquerda reduziam-se a várias formas de capitalismo de estado. Em cada etapa as suas ações procuravam canalizar o descontentamento popular para vias que acentuavam ou o poder do estado, ou o poder dos próprios partidos políticos. Eles manipularam a alienação social para criarem uma sociedade em que eles próprios empunhariam o poder político como “legítimos representantes das massas iletradas”. Era esta a realidade, visível ou não, por detrás de toda a sua retórica.

¹³ Ibid.



A classe operária, concentrada nos grandes centros urbanos de Lisboa, Setúbal e Porto, de Braga e Aveiro – mas numericamente fraca e espalhada por outros locais – encontrou tantos êxitos como reveses na conquista de objetivos específicos próprios. Inicialmente, no movimento grevista que precedeu o 25 de abril (e que iria adquirir um tão grande ímpeto após essa data), a classe operária conseguiu por algum tempo impor uma certa redistribuição a seu favor do produto social total. Criou organizações autônomas, as comissões de trabalhadores (CTs) e Federações de CTs (como a inter-empresas). Mas nenhuma porção de boa vontade – ou de desafio bolchevique – podia rodear os duros fatores da geografia social. Havia vastas áreas do país onde pequenos proprietários rurais, com uma intensa consciência de propriedade, exerciam um peso enorme. Havia a herança da intimidação, temporal e espiritual, por parte da polícia e dos padres. E havia outros fatores de igual relevância. Uma revolução social não é apenas uma reação reflexa às iniquidades e opressões de uma ordem existente. Tais reações podem fazer uma sociedade desmoronar, mas não garantem a sua substituição por uma outra que seja qualitativamente diferente. Tal consequência exige uma concepção, partilhada por um número substancial de pessoas, de um modo de vida totalmente diferente.

A classe trabalhadora em Portugal – ou uma parte substancial dela – teve uma tal concepção? Houve sem dúvida tentativas para reduzir as diferenças salariais, para elaborar um modelo de distribuição que ultrapassasse os mecanismos tradicionais de mercado, para romper as barreiras entre trabalho intelectual e trabalho manual, para produzir e para se viver em conjunto segundo normas diferentes. Mas isto não passou, a maior parte das vezes, de adaptações empíricas a circunstâncias específicas: a necessidade de elevar os miseráveis níveis de vida dos trabalhadores cabo-verdianos da construção civil, a necessidade de dispor dos produtos de algumas fábricas em autogestão, a necessidade de resolver problemas práticos em alguns bairros de latalatalata, ou de administrar algum latifúndio ocupado. Objetivos socialistas mais



fundamentais tais como abolição da hierarquia, do trabalho assalariado e da produção de mercadorias, nunca estiveram realmente na agenda histórica.

O proletariado, tanto urbano como rural, foi uma das forças condutoras da sublevação portuguesa. Disto não pode haver dúvidas. Mas o seu movimento de avanço, nos meses depois de abril de 1974, foi finalmente rompido. Aos poucos, a classe dominante conseguiu restabelecer a sua ordem, a sua disciplina, a sua propriedade da terra, das casas e das fábricas, e – por uma bela mistura de coerção e cooptação – a produtividade dos “seus” trabalhadores. O avanço da classe operária foi rompido por uma combinação de fatores importantes para todos os interessados na dinâmica da revolução.

Em primeiro lugar, a revolta não teve lugar num vazio económico ou geográfico. Portugal não podia se isolado do mercado mundial. É um país “pobre”. Grandes áreas da sua produção destinam-se à procura mundial e tem de importar muitos dos seus bens finais. Nenhum dos problemas fundamentais podia ser resolvido só na área portuguesa. O capitalismo português era apenas um elo de uma vasta rede internacional: o ataque contra ele estava condenado à falência se se confinasse a Portugal. Os trabalhadores de Portugal ficaram isolados, privados dos seus aliados naturais. Durante os meses cruciais o pavio espanhol não se incendiou.

Dentro deste contexto de dependência económica e de isolamento revolucionário houve muitas dificuldades específicas. Havia medo provocado pelas duras realidades do desemprego (algum deliberadamente engendrado por capitalistas portugueses). Durante 1974/1975 uns 10% da população trabalhadora esteve constantemente sem trabalho. A vida era dura. Após algumas conquistas iniciais os salários foram mais ou menos congelados – ao longo de um período de intensa inflação (até 18% por ano). O produto nacional bruto desceu de uns 24%. Houve então o doloroso despertar de certas ilusões, a ilusão, por exemplo, de que a classe operária tinha “aliados” distintos das pessoas que estavam preparadas para montá-la (como se



montaria um cavalo) pra a “revolução”. As implicações relevantes começaram a surgir, como, por exemplo, que os trabalhadores não podiam deixar a ouros (como oficiais “progressistas” ou estudantes radicais) a tarefa de resolverem em seu nome os seus problemas. Começaram a tomar as medidas apropriadas: a criação de organizações autônomas controladas a partir da base. Mas então o velho inimigo reapareceu com novas roupagens. Os que manejavam as palavras com a mesma desenvoltura que o camponês usa a sua foice ou o pedreiro o seu prumo, começaram a organizar, a dominar, a manipular, os plenários. Houve um recuo maciço da atividade política, como reação de náusea perante a atuação das seitas esquerdistas. Havia o sentimento de desespero e impotência em relação à enormidade das tarefas a resolver.

A classe operária portuguesa mostrou-se incapaz – nesta altura – de avançar mais no desenvolvimento de formas autônomas de organização necessárias, mesmo que elas se destinassem a assegurar o que tinham conquistado. Os grupos leninistas tiveram aqui uma responsabilidade tremenda, quase histórica. Em vez de ajudarem a desenvolver e a consolidar as novas criações da classe, fizeram tudo o que estava ao seu alcance para fazerem o movimento conforme os modelos do manual. Falavam eruditamente de Kerensky e Kornilov, quando as pessoas precisavam de confiança nas suas próprias capacidades para organizarem a produção têxtil, para distribuírem e manipularem a safra da cortiça, para encontrarem possibilidades de armazenagem, para a produção agrícola ser diretamente enviada para as cidades.

Nunca se sentiu que os seus interesses fossem sinceros e a sua relação com o movimento real nunca foi considerada honesta. Por exemplo, os que mais alto apregoavam que era preciso “armar o povo” de fato asseguraram que as armas disponíveis fossem para os seus grupos particulares. Identificavam-se com o proletariado, mas o proletariado recusava-se a retribuir-lhes a amabilidade.

No entanto, quando tudo está dito e feito, resta ainda um fato, enorme nas suas implicações. Em abril de 1975, os portugueses votaram na eleição da Assembleia



constituente. Um ano mais tarde elegeram uma Assembleia da República. Mesmo os menores agrupamentos políticos participaram, sendo a sua mensagem estridentemente proclamada por toda a parte. No que respeita à propaganda política e ao acesso aos meios de comunicação social, estes foram os dois anos “mais livres” da história portuguesa. O aparelho de repressão estava em grande desorganização. As suas campanhas eleitorais foram possivelmente mais vigorosas e mais apoiadas, mais variadas e mais vitriólicas do que em qualquer outra altura, em qualquer outra democracia burguesa. Os partidos, legalmente, erguiam cartazes que defendiam a insurreição armada. Em junho de 1976, elegeu-se um presidente: Eanes, o candidato da lei-e-da-ordem, fazendo campanha contra “estados dentro do estado”, conseguiu mais de 60% dos votos.

É demasiadamente fácil atribuir este fato unicamente aos fatores que mencionamos, por mais importantes que eles sejam. A votação representou também um desejo de estabilidade, de uma pausa para tomar folego, de um modelo possível para a vida diária, da opção mais fácil de autoridade delegada. Era uma repúdio, confiantemente temporário, do clamor da discussão, da pressão para participar, da tensão da responsabilidade, da fadiga e da frustração de um envolvimento que parecia não conduzir a parte alguma. Era o preço pessoal que as pessoas pagavam pra escapar à permanentemente necessidade de automobilização, necessidade ditada pelo estado de permanente beco sem saída na arena política e social. É um novo modelo de recuperação burguesa. As pessoas realistas reconhecerão este fato como à marca de garantia da vastidão da tarefa que iria surgir.

*

Esse livro trata clara, concreta e honestamente dos problemas e das limitações da autogestão, tentada num contexto capitalista. Tomar conta de uma fábrica ou de uma herdade abandonada pelos proprietários é uma reação perfeitamente natural dos trabalhadores que procuram manter o seu modo de vida num ambiente que lhes é



familiar. Mas o mercado capitalista imediatamente se intromete. É preciso encontrar saídas para os bens produzidos. Continua fundamental a relação da empresa “autogerida” com o mundo exterior. O fato de disporem de reservas – ou mesmo de equipamento essencial – para pagarem a si próprio os salários não é uma solução definitiva. A “necessidade” de venderem a sua força de trabalho – com tudo o que isso implica – persiste, inexorável. Em Portugal, o preço pago pelo desenvolvimento da democracia interna em certas fábricas ou herdades foi muitas vezes o prolongamento do dia de trabalho, uma intensificação do processo de trabalho para “permitir” à unidade autogerida economicamente “viável”. Nesse sentido, ilhas de autogestão tornaram-se ilhas de recuperação capitalista. Em Guimarães vi uma fábrica têxtil em autogestão com as paredes recobertas de extratos dos *Manuscritos de Paris*, de Marx. Os trabalhadores não precisam que lhes digam que isto é alienação em autogestão. Viveram-na diariamente na própria carne. Mas qual é a verdadeira alternativa imediata prática? É a produção comunista? É o monstro do desemprego capitalista? Ou é qualquer outra coisa, qualquer coisa variável, qualquer coisa criada de novo, todos os dias, num milhar de locais diferentes, moldada pela diferente relação de forças aí existentes? Nenhuma generalização pode abranger tudo o que foi criado, toda a variedade da experiência ou da amargura provocada pelo fracasso. Seja como for que evoluam as formas concretas, o essencial, como sempre, é evitar dizer mentiras, evitar mistificar-se a si próprio e mistificar os outros.

Tudo isto, evidentemente, tem pouco a ver com a relação primordial da autogestão com o socialismo. Algumas pessoas falam hoje como se a experiência portuguesa invalidasse, de certo modo, esta relação como se demonstrasse que a autogestão nada tem a ver com o socialismo, como se todos os discursos sobre autogestão fossem o supremo projeto de recuperação de um capitalismo maquiavélico. A confusão – quando não é deliberada e, por conseguinte, desonesta – mostra uma pobreza patética de conceitos. Que, em regime capitalista, a autogestão se possa tornar



um meio poderoso de recuperação capitalista, é indubitável. Mas que tem isto a ver com a questão de sabe se a autogestão é a estrutura institucional (não econômica, mas institucional) essencial da sociedade socialista?*

Pode certamente conceber-se a autogestão sem o socialismo. Mas poderá imaginar-se um socialismo em que valha a pena viver sem indivíduos, coletividades e instituições autogeridas? Os que podem visualizar tal sociedade deviam deixar-nos partilhar da sua visão. Mas deviam procurar torná-la o mais explícita possível. *Quem*, senão os diretamente implicados, teria mais a dizer nas decisões fundamentais? E como é que tal sociedade “socialista” não-autogerida se diferenciaria de todas as sociedades monstruosas que vemos hoje à nossa volta, sociedades em que minorias tomam todas as decisões fundamentais e – mediante o seu acesso à informação e ao poder – perpetuam os seus próprios privilégios.

*

Para um observador externo houve, na sublevação portuguesa, muitas coisas especificamente portuguesas. A vontade ousar o desconhecido, de desrespeitar o conselho dos “entendidos”, de agarrar a história e a realidade pelo pescoço – tudo o que está resumido na palavra sebastianismo¹⁴ – era bem evidente nos primeiros meses. Sem pestanejar perante a enormidade dos seus intentos, jovens revolucionários (e outros mais velhos) falavam seriamente de uma transição direta do fascismo para o comunismo libertário. Agiam como se uma fé em milagres pudesse levar as pessoas a tentar – e, quem sabe, talvez a realizar – o “impossível”.

* Aqui Brinton comete o equívoco de separar “economia” e “instituição”, como se fossem coisas distintas. No caso do capitalismo, baseado numa intensa divisão social do trabalho, a separação relativa existe, mas no caso do comunismo ou sociedade autogerida, que abole a divisão social do trabalho, não existe tal separação, nem relativa, e, por conseguinte, a autogestão ocorre no conjunto das relações sociais, incluindo as relações de produção. Esse é um problema constante: analisar a sociedade do futuro com os conceitos da sociedade do presente (RMA).

¹⁴ Em junho de 1578, Dom Sebastião, um “velho” monarca de 24 anos, saiu do Tejo para conquistar Marrocos a Moulay Abdel Malik. Era uma empresa insensata, levada a cabo contra o aviso dos seus conselheiros. As forças de Dom Sebastião foram aniquiladas na batalha de Alcácer-Quibir, Norte da África. O corpo do jovem rei nunca foi recuperado e esse fato fez renascer a crença de que ele voltaria um dia para salvar Portugal. Durante a ocupação espanhola que se seguiu, apareceram falsos Dons Sebastões, uns após outros, reavivando esperanças de uma eventual libertação messiânica.



Como todos os empenhos radicais da história, a revolução foi uma coisa alegre, pelo menos no seu início. Uma canção imensamente popular, depois do 25 de abril, foi chamada *Gaivota*. A perspicácia dos “pôsteres”, embora não atingindo talvez as agudezas de maio de 1968 em França, evoluíram, contudo num instrumento falante de crítica social. Os anarquistas conseguiram que ela fosse usada com tanta frequência contra a “esquerda” como contra alvos mais óbvios. A alegria misturava-se uma dureza muito portuguesa.

O fado persistia, não como uma corporificação do desespero e da resignação (como alegado pelos sociólogos superficiais da canção), mas como uma afirmação realista e firme da vida dos pobres. Relembro uma carta que o Phil uma vez me escreveu quando estava a entrar no Alentejo: “os minúsculos montes começam a elevar-se do lado de lá da rasa campina. Humildes eucaliptos escondem-se nos vales. Eis uma terra de tradição, de ricas lutas tanto contra os elementos como contra os proprietários das terras, uma terra de vinho, de azeitonas e de música, de sobrevivência diária, de difícil penetração exceto para aqueles que se preocupam com ela. É como se o raquítico crescimento das árvores dissesse tudo o que é necessário dizer-se sobre a dureza, o abandono, o trabalho – sobre a luta constante contra um solo pobre e obstinado em que vivessem mulheres gigantes e homens monstruosos. Mas por mais ingrata que seja a terra, o espírito nunca ficou estropiado...”.

Embora não sejam canções de revolta os fados testemunham esta indestrutibilidade dos oprimidos, esta profunda unidade do homem com a sua natureza. Raízes românticas dotam algumas canções de um orgulho altivo, com um desprezo pelo que “os burgueses” possam pensar ou dizer, permitindo-lhes tratar ousadamente de temas como o direito das mulheres ao prazer sexual. Nada de sentimentalismos, nada de xarope calmante. O amor pode significar sofrimento, mas vale a pena. Não há tendências neuróticas. Apenas as coisas são como são. Não é esta a matéria prima de será feita a revolução?



Outras características tinham também as suas raízes na história. Como o revelam os seus documentos, o MFA era provavelmente o mais articulado e o mais prolífico grupo de soldados que jamais se criou no mundo. Nisto refletiam o intelectualismo da elite portuguesa. Intelectualidade seria uma palavra inadequada. O termo – como eu repetidamente disse em Portugal – denota realmente alguma coisa mais, uma relação com o dizer mais do que com o fazer, uma relação mais com a superfície do que com o amago das coisas. Os seus centros são os cafés, não os claustros de Coimbra. Eça de Queirós, o romancista de Aveiro do fim do século passado, percebeu isto e daqui fez a essência de algumas das suas sátiras mais mordazes. A sua segunda *Farpa*, publicada em 1871, podia ter sido escrita no verão de 1975, um libelo das seitas leninistas mais recentes em vez de uma sátira dos partidos burgueses do seu tempo.

Há em Portugal quatro partidos: o partido histórico, o regenerador, o reformista e o constituinte. Há ainda outros, mas anónimos, conhecidos apenas de algumas famílias. Os quatro partidos oficiais, com jornal e porta para a rua, vivem num perpétuo antagonismo, irreconciliáveis, latindo ardentemente uns contra os outros de dentro dos seus artigos de fundo. Tem-se tentado uma pacificação, uma união. Impossível. Eles só possuem de comum a lama do Chiado que todos pisam e a Arcada que a todos cobrem...
Todos quatro são católicos.
Todos quatro são centralizadores.
Todos quatro têm o mesmo afeto à ordem,
Todos quatro querem o progresso, e citam a Bélgica,
Todos quatro estimam a liberdade...
A conflagração é manifesta.

Quarenta anos antes da Revolução Francesa, Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Marquês de Pombal, declarara guerra ao reacionarismo e ao obscurantismo do clero, dissolvera os mosteiros e os conventos e expulsara de Portugal os Jesuítas. A Revolução de 1910 deu um novo impulso a estas ideias. Mas o regime de Salazar fez as pazes com a Igreja e os Jesuítas regressaram. Uma manhã, não muito depois de Salazar ter efetuado esta reconciliação, as pessoas que passavam pela enorme estátua de Pombal ao cimo da Avenida da Liberdade, ficaram deliciadas ao ler, em



enormes letras de piche preto – muito brilhantes sobre o mármore branco – a seguinte inscrição:

Vem cá abaixo, oh Marquês,
Que eles estão cá outra vez!¹⁵

Hoje as velhas caras estão a aparecer outra vez. As conquistas dos primeiros meses estão a ser reduzidas pouco a pouco. Os velhos proprietários estão a reaparecer – como gestores. Seria bom que o espírito de 1974-1975 descesse do seu pedestal e ajudasse a varrer o lixo. Quem sabe quando ele se mexerá outra vez? Por agora tudo está razoavelmente tranquilo. Mas mesmo a desilusão generalizada tem uma certa coloração portuguesa. A primitiva “inocência revolucionária” pode ter sido perdida. Mas a nostalgia ligeiramente divertida a que os portugueses chamam saudade impede que a triste sofisticação degenerem em puro cinismo.

Uma revolução impossível? Sim, argumentarão alguns. Impossível dentro dos limites de Portugal. Impossível porque uma ilha de comunismo libertário não pode existir no mar da produção capitalista e da consciência capitalista. Impossível porque a sublevação estava enraizada – como em cimento – no subdesenvolvimento da sociedade portuguesa na sua generalidade. Impossível, dada a composição social do Portugal moderno, o peso dos pequenos proprietários rurais do Norte, a influência da Igreja, os efeitos erosivos e demolidores da pobreza e do desemprego crônicos. Impossível, finalmente, diz-se, porque era o capitalismo de estado e não o socialismo que estava “objetivamente” na agenda histórica e por causa da mentalidade capitalista-de-estado dos revolucionários “socialistas”^{*}.

¹⁵ Citado em *Oldest Ally*, de Fryer e Mc Gowan Pinheiro, Londres, Dobson, 1961.

^{*} Brinton aqui comete mais um equívoco, que é não entender as profundas forças existentes dentro do capitalismo privado que permitem a constituição do capitalismo estatal, ou seja, a classe burocrática. Por isso o vínculo entre as forças políticas burocráticas e o resultado final que é o capitalismo de Estado. A expressão “mentalidade capitalista de estado” expressa isso, ao invés de perceber que se trata de uma mentalidade burocrática.

Marxismo e Autogestão

Marxismo e Autogestão, Ano 01, Num. 01, jan./jun. 2014

Mas os homens e as mulheres sonharam “impossíveis”. Procuraram constantemente “escalar o céu” em busca do que consideravam justo. Continuamente lutaram por objetivos difíceis de atingir, mas que eles consideravam corporizar as suas necessidades e os seus anseios. É esta capacidade que faz dos seres humanos os sujeitos potenciais da história, em vez de seus perpétuos objetos. É esta a razão porque um estudo dos acontecimentos portugueses de 1974/1975 é importante para os revolucionários modernos.

Palavras como “possível” e “impossível” têm uma dimensão histórica e ao mesmo tempo uma dimensão imediata. O que hoje é impossível pode ser realizável amanhã. Especialmente pode tornar-se realizável *por causa* dos fracassos de hoje. Declarar “impossível” uma revolução é dar uma sentença num processo como se ele fosse um acontecimento isolado. É negar aos acusados o direito de serem julgados pela posteridade. Há derrotas frutuosas na história bem como vitórias estéreis. A derrota da Comuna de Paris em 1871 estava na mente dos revolucionários russos de 1917. Os acontecimentos de Kronstadt (1921) ou da Hungria (1956) ainda despertam ecos. Ajudam a moldar as atitudes dos revolucionários libertários que fazem parte integrante do pensamento atual.

Mas há mais. Ideias preconcebidas não são precisamente camisas de força *ideológicas*. Declarar “impossível” uma revolução pode, em certas circunstâncias, contribuir para impedi-la. As massas em ação são sempre mais revolucionárias do que a maior parte dos revolucionários das organizações revolucionárias. As razões são óbvias. As organizações revolucionárias são criadas segundo modelos do passado (normalmente 1917). As massas pretendem construir o futuro.

Algumas pessoas consideram a história como uma linha férrea que conduz a um objetivo predeterminado. Consideram a ação das classes exatamente como geradora do vapor que permitirá aos grandes homens, ou aos grandes partidos (“os condutores da locomotiva da história”, para usar a monstruosa frase de Stálin) tomar conta dos



acontecimentos. Isto é uma receita para práticas burocráticas, porque legitima o poder (hoje como amanhã) daqueles que pensam conhecer o caminho – e daqueles que pensam saber manejar a máquina.

Nenhum objetivo (certamente nenhum objetivo político) pode ser assim tão claramente definido. As condições materiais (incluindo as culturais) influenciam o que é realizável e o que não é. Mas não o *determinam*, em qualquer sentido unívoco. Raras vezes há, se é que o há alguma vez, uma única maneira de resolver os problemas criados por um certo modelo de organização econômica ou social. A história mostra como formas de viver inteiramente diferentes e maneiras de pensar inteiramente diferentes foram possíveis na base de infraestruturas tecnológicas bastante semelhantes.

“*Sejamos realistas, exijamos o impossível*”, proclamavam os muros de Paris em Maio de 1968. Estas palavras tinham um significado que entrava mais fundo do que a capacidade de choque. Os primeiros ecos ouviram-se em Portugal. Onde pulsa a vida, há esperança. Mais tarde ou mais cedo aluta derruba os obstáculos que se levantam à consecução das necessidades. Quem sabe onde, e de que forma, a corrente subterrânea da esperança humana voltará a surgir à superfície?